

Cortes não são suficientes

Apenas cortes de despesas e transferências de atribuições para estados e municípios não serão suficientes para «zerar» o Orçamento Geral da União (OGU) no próximo ano. Por este motivo é que o Governo está estudando medidas para aumentar a carga tributária em 1989, as quais deverão afetar principalmente as pessoas jurídicas e as pessoas físicas com maior poder aquisitivo.

O próprio ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, já deixou claro que serão necessários cortes muito significativos, além do aumento da carga tribu-

tária, para que o déficit do OGU no próximo ano seja igual a zero. Além disso, os 2% do Produto Interno Bruto (PIB) projetados como déficit público no Programa de Ajustamento Econômico 1988/89 seriam destinados a repasses para as estatais (através do orçamento da Sest), para estados e municípios e para a Previdência Social.

Abreu informou que o Governo estuda várias possibilidades para elevar a arrecadação de impostos em 1989. Ele não quis fornecer detalhes dos estudos, mas adiantou que atingem pessoas físicas e jurídicas. No âmbito das

empresas, adiantou simplesmente que está sendo analisada a diminuição e eliminação de incentivos fiscais. Observou que a arrecadação do Imposto de Renda das pessoas físicas poderá crescer no próximo ano, sem que ocorra um aumento da carga tributária sobre os contribuintes. Reconheceu que os estudos em relação à simplificação do IR projetam um aumento do número de contribuintes pagantes. Esta hipótese parte do princípio de que, se a simplificação for grande, muitas pessoas deixarão de sonegar imposto (o que os economistas chamam de «alargamento» da base de contribuição).